



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

## ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA VINTE DOIS DE JUNHO DE DOIS MIL E QUINZE (22-06-2015):

Às dezesseis horas e trinta e seis minutos, do dia vinte e dois de junho de dois mil e quinze, no plenário, reuniu-se a Edilidade Marianense, presidida pelo vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas, que com as ausências dos vereadores Edson Agostinho e Danielly Cristina Alves, contou com a presença dos demais Vereadores, que firmaram suas respectivas assinaturas no Livro de Presenças e tomaram seus assentos. O Sr. Presidente, cumprindo Dispositivo Regimental, havendo número legal, em nome de Deus declarou abertos os trabalhos. Prosseguindo, solicitou ao Secretário que fizesse a **leitura da Ata da 20ª Reunião Ordinária**, realizada no dia quinze de junho de dois mil e quinze. Após leitura, a ata foi colocada em discussão e votação. Pela ordem, o vereador Pedro César Nunes solicitou que onde consta "**No Regimento Interno da Casa prevê no artigo 60 (...)**" colocar "**Na Lei Orgânica do Município prevê no artigo 60 (...)**". Após a ressalva, a ata foi declarada **aprovada por unanimidade**. O Presidente convidou para compor o Plenário os Ex-vereadores da Casa, Srs. Romeu Miranda e José Antunes Vieira. Logo após, o Vereador Bruno pediu o uso da palavra para fazer um esclarecimento, sendo concedido pelo Presidente. Assim, o vereador Bruno, já no seu segundo mandato, parabenizou o Presidente pelo evento Mérito Quartel dos Dragões de Nossa Senhora do Carmo realizado no dia 19 de junho. Em seguida, ele informou que está saindo um periódico trazendo algumas informações sobre sua pessoa e sua gestão na época em que foi Presidente da Casa (2013-2014). E na última edição nº299, saiu uma reportagem com o seguinte título: "SETE SERVIDORES DO CARGO DE CONFIANÇA DA GESTÃO DE BRUNO MÓL RECEBEM VALORES A MAIS". Segundo o vereador, o jornalista está equivocado, pois antes de publicar a matéria, o jornalista protocolou um requerimento na Casa pedindo informações ao Presidente da Casa, solicitando informações a respeito dessas informações que são afirmadas no jornal. E que o Presidente ao consultar o jurídico da Casa, informou ao jornalista através de um requerimento que as informações não procediam. E que de fato realmente não procedem. E por conselho jurídico, o vereador Bruno ainda não havia se manifestado a respeito da matéria, esperando a terceira edição. O vereador Bruno disse que tinha em mãos a cópia do requerimento assinado pelo Presidente da Casa informando completamente o contrário do que foi veiculado no periódico. Adiante, o Vereador deixou claro que respeita todos os veículos de imprensa, seja qual for, ela deve ser livre e defendida. Na matéria do jornal traz uma informação que o causou estranheza,



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

pois além de afirmar que os sete servidores recebiam valores a mais, sendo que no requerimento do Presidente informa que não foi em sua gestão, o que realmente não foi, o jornal afirma que a Diretoria de Finanças da Câmara confirmou o pagamento das gratificações indevidas nas rescisões contratuais processada pelo Ex-diretor de Finanças e Administração da Casa. Daí sua estranheza, pois o Presidente da Casa lhe enviou um documento oficial, afirmando que as informações não procediam, de forma que ele não sabe quem é que está falando verdade ou não. Pois foi colocado no jornal que um servidor da Casa informou ao jornalista que as informações eram verdadeiras. Então, o vereador Bruno pediu ao presidente que convocasse esse servidor para vir ao plenário para que ele pudesse se manifestar, pois é um servidor desta Casa que está contradizendo a palavra do presidente, o que não poderia acontecer. E apesar de ser uma informação oficial, é uma informação pública que é de responsabilidade do presidente emitir e nenhum outro servidor tem o direito de contradizer a palavra de um presidente. Como já foi dito, é um documento oficial e público qualquer funcionário, qualquer cidadão brasileiro tem o direito de pegar uma cópia desse documento. Pela ordem, o vereador Geraldo Sales aconselhou que como é um assunto interno da Casa, que ele fosse discutido entre os presidentes e o servidor numa reunião interna. Pela ordem, Raimundo Horta e Pedro César concordaram com o vereador Geraldo Sales, pois é uma questão interna, a qual deve ser tratada internamente pela Casa. Em seguida, O vereador Bruno disse que todo veículo de imprensa deve anunciar os fatos, verdades e não anunciar mentiras. O Vereador disse que é preciso saber do servidor a respeito do que o jornal disse, pois afirmou que constatou os pagamentos indevidos, sendo que o presidente disse que não. Assim, é uma questão que expõe todos os vereadores, o corpo legislativo e a Mesa Diretora. Isso deve ser revisto, de forma que o Vereador insistiu em seu pedido de chamar o servidor, caso sua solicitação fosse aceita pelo presidente. Adiante, o Presidente informou que o funcionário não estava presente na Casa para prestar esclarecimento e que não teria dificuldade em chamá-lo. O Presidente esclareceu que os pagamentos dos valores foram feitos em sua gestão, não na de Bruno, mas na época o Ex-diretor fez um pagamento de uma forma que achou que poderia ser feito com transferência online sem assinatura de sua parte. Foi detectado esse erro, por isso foi pedido que fosse feito o ressarcimento, o que já aconteceu, já foi resolvido o problema. O Presidente esclareceu que há uma parte no jornal em que a fala da Casa estava entre aspas, o texto vai até a palavra "servidores". Foi a mesma resposta passada para o vereador Bruno Mól. Assim, o Presidente leu a seguinte parte do jornal correspondente ao que a Casa repassou tanto para jornal quanto para o vereador Bruno Mól: "contudo em homenagem ao princípio da publicidade e da transparência dos atos públicos, a título de esclarecimento, informamos que foram



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

detectados pela atual Diretoria de Administração e Finanças da Câmara, pagamentos de gratificações indevidas nas rescisões contratuais processada pelo Ex-diretor de Administração e Finanças e que foram pagas no dia 05 de janeiro de dois mil e quinze, conforme abaixo discriminado". O Presidente perguntou ao vereador Bruno Mól se foi nesta colocação que ele entendeu que o servidor errou, sendo que foi uma fala da Casa. O vereador Bruno esclareceu que o jornal afirma que a informação foi passada pelo Departamento Financeiro. O Presidente esclareceu que o Diretor detectou o erro e informou ao Presidente da Casa. O Vereador Bruno Mól disse que é uma questão de interpretação que precisa ser esclarecida, tomar as ações cabíveis em relação à questão e a outras também. Por fim, o vereador informou que serão tomadas ações cabíveis para que possa rever essa difamação de sua pessoa no jornal. O Presidente assinalou que o vereador tem todo o direito de questionar, não há problema nisso. Logo após, o Presidente solicitou ao Secretário que procedesse a leitura das **Correspondências**. Em seguida, foram lidos os seguintes **Projetos de Lei: Projeto de Lei Complementar nº 41/2015 (autoria do Prefeito Municipal):** "Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências". Pela ordem, o vereador Cristiano Vilas Boas parabenizou a iniciativa da prefeitura e espera que o projeto se concretize. Pela ordem, o vereador Juliano Vasconcelos disse que é um projeto importantíssimo para a cidade de Mariana e um dos mais grandiosos que o Município e a Câmara deverão aprovar na gestão atual. É um plano previsto durante vinte anos, em que gestões futuras deverão continuar a implantação do plano. São ações de curto, médio e longo prazo, engloba todo o tratamento de água e esgoto do município. Foi um plano muito discutido pela Secretaria de Meio Ambiente, um plano muito completo, será um passo muito importante; **Projeto de Lei nº 42/2015 (autoria do Prefeito Municipal):** "Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento vigente para contratação do SETS – Sistema Estadual de Transporte em Saúde – junto ao CIAS (Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde) e dá outras providências. **Projeto de Lei nº 43/2015 (autoria do vereador Cristiano Silva Vilas Boas):** "Institui o Programa Municipal de Incentivo aos músicos de Mariana". Pela ordem, o vereador Cristiano justificou que o projeto foi fruto de várias reuniões com os músicos da cidade, para estar dando incentivo maior para as bandas locais. **Projeto de Lei nº 44/2015 (autoria da Mesa Diretora):** "abre crédito suplementar no orçamento vigente para reforço de dotações orçamentárias da Câmara Municipal de Mariana". Continuando, o Secretário fez a leitura **dos Requerimentos: nº 39/2015 (autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas):** "requer que o município envie a esta casa a prestação de contas do estacionamento rotativo desde sua criação até a data de hoje"; **nº 40/2015 (autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas):** "requer a prestação de contas referente a valores



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

arrecadados pelo Fundo Municipal de Trânsito, desde a sua criação, assim como, a empregabilidade destes recursos e informando se existe saldo e em qual conta se encontra vinculado”; **nº 42/2015 (autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas)**: “que o Prefeito revise e reajuste a concessão de isenção da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbana (IPTU) do nosso município, pois os valores cobrados se encontram defasados e o preço dos imóveis em nossa cidade é elevado”; **nº 43/2015 (autoria da Mesa Diretora)**: “Requer informações referente a Associação de ciclismo em relação ao evento Bike Enduro, ocorrido nessa cidade, como número de atletas inscritos, custo unitário de cada inscrição, valor ou forma de patrocínio, nome da empresa organizadora do evento, etc.”. **Leitura das Indicações: nº 352/2015**, de autoria do vereador Sebastião André de Carvalho; **nº 353, 354 e 355/2015**, de autoria do vereador Cristiano Vilas Boas. **Leitura da Menção Honrosa nº 13/2015**, de autoria dos vereadores Juliano Duarte, Cristiano Vilas Boas, Edson Agostinho e Antônio Marcos de Freitas, para com a Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus do distrito de Padre Viegas pelos seus 125 anos de fundação. Prosseguindo, o Secretário procedeu à leitura das seguintes **Moções de Pesar**: pelo passamento do Sr. Francisco de Assis Ramos, de autoria do vereador Antônio Marcos de Freitas; pelo passamento da Sra. Dejanira Messias, de autoria dos vereadores Sebastião André de Carvalho e Antônio Marcos de Freitas; pelo passamento do Sr. Reginaldo Lopes Fonseca, de autoria dos vereadores Fernando Sampaio, Antônio Marcos de Freitas e Juliano Vasconcelos; pelo passamento do Sr. Armando Pascoal Carneiro, de autoria dos vereadores Fernando Sampaio, Antônio Marcos de Freitas e Juliano Vasconcelos; pelo passamento da Sra. Maria Cordeiro, de autoria do vereador Sebastião André de Carvalho; pelo passamento da Sra. Nair Antunes de Castro, de autoria do vereador Sebastião André de Carvalho. **A reunião ocorreu sem intervalo.** Em seguida, o Secretário procedeu à leitura dos seguintes **Pareceres: Projeto de Lei nº 37/2015**, de autoria da Mesa Diretora. Pela ordem, o vereador Fernando Sampaio pediu ao Presidente que consultasse o plenário para votar o projeto em única discussão e votação. Solicitação aceita. O Presidente colocou o projeto em única discussão e votação. Pela ordem, o vereador Juliano Vasconcelos parabenizou a Casa por fazer a equiparação salarial. Pela ordem, o vereador Cristiano Vilas Boas parabenizou a iniciativa da Casa, pois realmente os salários estavam defasados. O projeto foi **aprovado por unanimidade; Projeto de Lei nº 39/2015**, de autoria do Prefeito Municipal. Pela ordem, o vereador Bruno Mól pediu ao Presidente que consultasse o plenário para votar o projeto em única discussão e votação, haja vista que é um anseio da comunidade de Bento Rodrigues, o projeto foi uma parceria com a Samarço que irá custear a captação de água de qualidade para Bento Rodrigues. Ainda, o vereador parabenizou o vereador Adimar pela conquista e pela atuação na

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

comunidade. Solicitação aceita. O Presidente colocou o projeto em única discussão e votação. Pela ordem, o vereador Pedro César parabenizou o vereador Adimar que há muito vem solicitando apoio para Bento Rodrigues e Santa Rita. O vereador disse que realmente é uma parceria, uma contribuição da empresa Samarco, a qual se sente no dever, na obrigação de fazer o repasse para ajudar a comunidade. Nada mais justo do que fazer para um local que contribui com as empresas. Pela ordem, o vereador ressaltou também a participação do vereador Pedro César para essa conquista de Bento Rodrigues. O projeto foi **aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Complementar Substitutivo nº 20/2015**, de autoria do Prefeito Municipal. Pela ordem, o vereador Pedro César pediu ao Presidente que consultasse o plenário para votar o projeto em única discussão e votação. Pela ordem, o vereador Geraldo Sales pediu vista do projeto; **Projeto de Lei Complementar nº15/2015**, de autoria do Prefeito Municipal. O Presidente colocou o projeto em **segunda e terceira discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade; Requerimento nº42/2015**, de autoria do vereador Antônio Marcos de Freitas. O Presidente colocou o requerimento em única discussão e votação. O Presidente justificou o requerimento afirmando que atualmente o valor do imóvel para isenção de IPTU é de 25 mil reais. Hoje, isso não é a realidade do Município, qualquer lote até na invasão custa no mínimo 40 a 50 mil reais. Então não terá uma casa na cidade e até mesmo no distrito que irão sair no valor de 25 mil reais. O requerimento foi **aprovado por unanimidade; Requerimento nº39/2015**, de autoria do vereador Antônio Marcos de Freitas. O Presidente colocou o requerimento em única discussão e votação. Pela ordem, o vereador Bruno Mól exaltou o Presidente pela iniciativa, porque eles vereadores são questionados a respeito do valor que é cobrado do estacionamento rotativo. E agora é preciso saber a prestação de contas desse valor. Adiante, ele elogiou os agentes do DEMUTRAN que ficam nas portas das escolas orientando as crianças na saída. Porém, o vereador ressaltou que muitos pais têm reclamado, pois eles não podem estacionar o veículo na frente da escola para pegar o filho quando sai da escola, sendo permitida apenas a parada de vans. Segundo o vereador, tem pais que utilizam o carro pessoal para levarem seus filhos. Assim, o vereador Bruno pediu que o Presidente fizesse um requerimento pedindo ao DEMUTRAN explicações a respeito disso e se há a possibilidade de mudar essa placa para embarque e desembarque, porque é preciso liberar para os pais buscarem seus filhos e eles estão sendo multados, já que é permitido apenas van. O que de fato, os agentes não estão errados. Pela ordem, o vereador Cristiano Vilas Boas assinalou que muitas pessoas questionam para onde vai o dinheiro do rotativo, se é para a melhoria do trânsito. Pela ordem, o vereador Juliano Vasconcelos concordou com seu colega, e acrescentou que realmente esse valor deve ser destinado para a melhoria do trânsito. Segundo o vereador, o trânsito já



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

melhorou bastante, mas há alguns pontos que precisam avançar. Ele pediu para que incluísse no requerimento a questão do horário de carga e descarga, o horário de pico em que os caminhões não podem rodar na cidade. Em Mariana, os caminhões têm trafegado nesse horário, gerando transtorno muito grande, pois não há fluidez quando esses veículos estão transitando. O requerimento foi **aprovado por unanimidade; Requerimento nº40/2015**, de autoria do vereador Antônio Marcos de Freitas. O Presidente colocou o requerimento em única discussão e única votação. O Presidente explicou que este requerimento objetiva saber como está sendo feito a arrecadação pelo Fundo Municipal de Trânsito e como os valores estão sendo empregados. O requerimento foi **aprovado por unanimidade; Requerimento nº43/2015**, de autoria da Mesa Diretora. O Presidente colocou o requerimento em única discussão e única votação. O Presidente justificou o requerimento dizendo que eles são parados constantemente, sendo questionados pelas pessoas sobre o evento Bike Enduro. No requerimento solicita as seguintes informações: os números de atletas inscritos, o custo unitário de cada inscrição de acordo com a categoria, o número de atletas com isenção da taxa de inscrição, valores arrecadados das inscrições, valores de patrocínio ou formas de patrocínio, o nome da empresa organizadora do evento, CNPJ e conta da empresa, onde foi depositado o dinheiro referente às inscrições e aos patrocínios, custo total da empresa para organização do evento, detalhamento da planilha de lucros e custos, em contrapartida, os investimentos sociais. Pela ordem, o vereador Cristiano Vilas Boas parabenizou a iniciativa da Mesa Diretora. Segundo o vereador, o Município contribuiu com 20 mil reais e que o valor arrecadado foi alto, de modo que muitos atletas ficaram questionando os valores. Pela ordem, o vereador Juliano Vasconcelos parabenizou a iniciativa da Mesa Diretora e assinalou que o evento passou de 500 inscritos, foi um sucesso, veio um público muito grande, inclusive de outras cidades e estados. Assim, é preciso saber onde o recurso foi investido, pois foi um lucro muito grande, qual a contrapartida de investimento social, com quem esse recurso ficou, pois o dinheiro foi público, de forma que é preciso ser visto com transparência onde o valor foi investido. O requerimento foi **aprovado por unanimidade; Menção Honrosa nº13/2015**, de autoria dos vereadores Edson Agostinho, Cristiano Vilas Boas, Juliano Vasconcelos e Antônio Marcos de Freitas. Pela ordem, o vereador Juliano Vasconcelos parabenizou a Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus pelos seus 125 anos de história, a segunda mais antiga de Mariana. Pela ordem, o vereador Cristiano Vilas Boas parabenizou a corporação musical. Pela ordem, o vereador Pedro César aproveitou a oportunidade para sugerir que todos os vereadores, em conjunto, pudessem enviar um requerimento cobrando do Executivo o cumprimento dos valores dos uniformes que ficaram de passar no mês de junho para as seis bandas musicais

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

que ainda não receberam. O Presidente ressaltou a importância e o trabalho das corporações musicais da cidade. A Menção Honrosa foi **aprovada por unanimidade**. Com a palavra, o vereador Geraldo Sales perguntou ao Presidente do Clube do Cavalo, José Antunes Vieira, se é verídica a informação de que a prefeitura invadiu uma parte do terreno que é o Clube do Cavalo adquiriu, se houve uma autorização para que a prefeitura pudesse agir dessa forma. O Presidente José Antunes disse que realmente é verdade que a prefeitura fez uma pista através da Secretária de Obras. Segundo Sr. José Antunes entrou em contato com Ex-prefeito, Celso Cota, o qual disse que não sabia que tinha sido a Secretaria. No outro dia seguinte, entrou em contato com a prefeitura, a qual se comprometeu em ajudar, mas pelo jeito ficou difícil de mexer no local. O Presidente do Clube do Cavalo aproveitou para agradecer o apoio da Câmara que votou o título de utilidade pública do Clube do Cavalo, pois foi um ganho muito grande, é um clube que agrada a todos. O vereador Geraldo Sales pediu ao Presidente para que fossem solicitadas informações oficiais da Secretaria de Obras sobre o ocorrido. Pela ordem, o vereador Cristiano lembrou que a Prefeitura ainda não repassou o vale transporte para os estudantes neste mês. O Vereador desejou que a Secretária de Educação regularizasse a situação, pois é muito importante para os estudantes e vários estão perdendo aula, pois não tem recurso para ir à aula. Além disso, a Bolsa Atleta também não está sendo depositada no prazo estabelecido. **Palavra livre**. Nada mais havendo, o Presidente declarou encerrada a Sessão às dezoito horas e vinte e seis minutos. E, para constar, lavrou-se esta Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.